

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 30.10.2019

Publicação dos contratos de autocarros e das informações do metro ligeiro

O prazo de 15 meses para a renovação dos contratos de autocarros, cujo prazo estava previsto terminar em finais deste mês, foi adiado 14 meses, para 31 de Dezembro de 2020, e a razão deste curto prazo de renovação é que ainda não se chegou a um consenso sobre a negociação do novo contrato. Se o Governo e as duas companhias de autocarros não conseguirem negociar uma solução que corresponda ao interesse público em geral e às exigências da sociedade, a opção de “não renovar por renovar” é compreensível para os cidadãos. Pelo menos, não vão ser obrigados a aceitar contratos que não satisfazem as exigências da sociedade, mas a população questiona porque é que, durante todo o processo negocial, o Governo publicou “zero informações” e só anunciou a renovação do contrato, duas vezes consecutivas, quando o prazo estava quase a terminar. A forma de actuar à porta fechada prejudica a autoridade do Governo, levando a população a questionar se este tem capacidade para resolver estes problemas velhos, grandes e difíceis.

Os serviços de autocarros são de utilidade pública, estão relacionados com o interesse público e a sua renovação é uma decisão importante para a vida da população. O Governo nunca divulgou informações concretas, nem o respectivo relatório final, não discutiu com o Conselho Consultivo do Trânsito e nem sequer pretende comunicar ao público quais os conteúdos que ainda não foram alvo de consenso. Neste momento, correm rumores de que as duas concessionárias de autocarros esperam que a renovação do contrato de concessão continue com um subsídio de mil milhões de patacas, o que foi indeferido pelo Governo, mas este limitou-se a responder que ia aguardar pela decisão do próximo Governo, o que deixa os residentes a questionarem se o Governo vai continuar a arrastar o processo, deixando para o próximo Governo a resolução do problema. Se o Governo acha que algumas cláusulas apresentadas pelas concessionárias são inaceitáveis, deve torná-las transparentes e informar a sociedade sobre o problema, em vez de deixar a sociedade adivinhar.

De facto, o contrato de concessão dos serviços de autocarros foi renovado por mais 14 meses, um tempo relativamente longo, por isso, o novo Governo deve retirar os devidos ensinamentos da experiência e evitar a renovação do contrato por um terceiro período curto. O mais importante é aumentar adequadamente a transparência na renovação dos contratos dos autocarros, para a sociedade tomar conhecimento e discutir com a maior brevidade possível, para compreender melhor as decisões do Governo e aumentar a sua confiança nele. O novo contrato deve rever o modelo de cooperação com as operadoras dos serviços de transportes públicos, ajustar as regras de concessão de apoio financeiro, aumentar a transparência financeira das companhias de autocarros, divulgar detalhadamente os diversos custos e receitas, incluindo: apoios financeiros,

receitas das tarifas dos bilhetes, cálculo do valor dos serviços e fiscalização do controlo de custos da empresa operadora, evitando a prestação de apoio sem limite máximo no futuro e assegurando a utilização racional do erário público.

Mais, com a entrada em funcionamento da Linha da Taipa do Metro Ligeiro em breve, a proposta de fixação dos preços das tarifas do Metro Ligeiro, a forma de subsídio com o erário público e as informações sobre o ajustamento dos itinerários dos autocarros ainda não foram divulgadas. O Governo sublinhou várias vezes que o custo do Sistema de Metro Ligeiro é relativamente alto. Como a área das estações é pequena e a eficácia comercial é limitada, as tarifas do Metro Ligeiro serão mais elevadas do que as dos autocarros, mas não serão muito diferentes. Mais, no futuro, o subsídio do Metro Ligeiro será muito maior do que os dos serviços de autocarros, por isso, esse grande montante do erário público deve ser sujeito à fiscalização do público. Assim, exorto o Governo a divulgar, quanto antes, os respectivos pormenores, para que esses atrasos não sejam uma normalidade da acção governativa.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 30.10.2019

Aperfeiçoar e concretizar, de forma ordenada, o regime jurídico da renovação urbana

Recentemente, o Governo realizou uma consulta pública sobre o “Regime jurídico da renovação urbana”, junto do público, das associações, dos sectores profissionais da construção civil e do urbanismo, com vista a auscultar as respectivas opiniões e sugestões. O documento de consulta abrange seis capítulos, dos quais o mais controverso é a questão da percentagem dos direitos de propriedade para se proceder à reconstrução. Hoje, gostaria de apresentar algumas sugestões sobre esse documento:

I. Relativamente à questão da percentagem dos direitos de propriedade para se proceder à reconstrução de prédios:

Nos termos do artigo 6.º da Lei Básica de Macau, o direito à propriedade privada é protegido por lei, mas, como a reconstrução de um prédio envolve, simultaneamente, questões de interesse público e de propriedade privada, assim, temos que ter em conta estes dois aspectos. Actualmente, existem em Macau muitos prédios com mais de 30 anos, e o problema do seu envelhecimento é grave, assim, se a percentagem for muito elevada, no futuro, os trabalhos de reconstrução não serão fáceis. Assim sendo, sugiro que o Governo reavalie se há necessidade de reduzir ainda mais a percentagem, tendo em conta a situação real dos prédios e o plano da renovação urbana. Por outro lado, é necessário, e urgente, proceder à reconstrução de um prédio quando este é confirmado pelos serviços competentes como estando em ruína ou como sendo prejudicial à saúde e à segurança e, neste caso, tendo em conta o interesse público, a percentagem de 60 por cento é muito elevada. Por isso, aquando da fixação de percentagens, julgo que se pode considerar os seguintes princípios:

1. Tendo em conta o desenvolvimento do planeamento urbanístico e a segurança pública, nestes casos, a reconstrução é necessária e urgente para o interesse público e, tendo em conta o princípio de que a minoria deve obedecer à maioria, não se deve estabelecer percentagens muito elevadas;

2. Em situações em que a reconstrução pode ser feita mas não é urgente (isto é, em prédios antigos citados no número anterior), a percentagem deve ser aumentada adequadamente, conferindo-se assim aos proprietários o poder de decisão.

II. Sobre o modelo da implementação da renovação urbana:

Além da reconstrução, os modelos de renovação urbana do documento de consulta abrangem a reparação e a manutenção, e a restauração. Há em Macau um grande número de prédios com mais de 30 anos. As questões inerentes ao

envelhecimento predial são graves. Muitos prédios têm problemas com a segurança contra incêndios, estrutura, higiene, etc. Nos últimos dois anos, aconteceram, com frequência, queda de janelas e fogo por problemas ligados à estrutura e à segurança contra incêndios, pondo em causa a segurança pública. As autoridades devem retirar lições destes casos, aproveitando a renovação urbana para dar atenção ao envelhecimento predial, procedendo a avaliações e melhorando as normas jurídicas sobre a reparação, a manutenção, e a restauração dos prédios e das respectivas instalações. Há que reforçar o combate às construções ilegais, criando, quanto antes, regimes de inspecção obrigatória de prédios e janelas, e melhorando os regulamentos complementares relacionados com o Regulamento Geral da Construção Urbana e o Regulamento de Segurança contra Incêndios.

III. Protecção dos interessados

São proporcionados três tipos de protecção aos proprietários dos imóveis destinados a habitação, ou seja, a “troca de fracção por fracção”, a compensação pecuniária e um subsídio especial, mas a protecção para os proprietários dos imóveis com fins não habitacionais consiste apenas nos últimos dois tipos. Para incentivar os proprietários a apoiar a renovação urbana, não será que se deve proporcionar, quando possível, mais opções aos proprietários dos imóveis com fins não habitacionais, permitindo-lhes a escolha da “troca de fracção por fracção”?

O plano director urbanístico vai ser divulgado ainda este ano, e a renovação urbana e o planeamento urbanístico devem complementar-se, sendo a primeira um instrumento de execução, daí que a falta do referido plano possa, em certa medida, obstruir à renovação urbana e ao desenvolvimento social. Assim, é bastante premente divulgar o plano director urbanístico, apoiar a renovação urbana, acelerar a produção da legislação respectiva e melhorar o ambiente de vida nas zonas antigas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 30.10.2019

Mudar a mentalidade burocrática e cumprir os princípios governativos

Face ao suave desenvolvimento dos serviços sociais, o Instituto de Acção Social e várias associações civis realizam periodicamente reuniões de cooperação no âmbito dos serviços de apoio à família e comunidade, promovendo e aperfeiçoando os 3 níveis de prevenção desses serviços. Após o tufão Hato, foi lançado o Programa de Voluntariado Comunitário para Situações de Emergência, com vista à prestação de serviços de apoio mais adequados.

Nos últimos anos, sob a égide do apoio aos cidadãos na resolução das suas dificuldades e construção de uma nova vida, o IAS coopera com as instituições particulares de serviço social, prestando diversos tipos de serviços, no sentido de criar uma rede de serviço social. Porém, com o alargamento da rede, algumas instituições de serviço social licenciadas e associações recém-criadas querem aderir à rede, no sentido de servir melhor a população, mas como nalguns serviços subordinados do IAS os dirigentes não se mexem, a sua mentalidade cristalizou, e não aperfeiçoam os trabalhos, a cobertura desta rede é limitada e difícil de alargar.

Veja-se as recentes catástrofes sociais. Por exemplo, a explosão devido à fuga de gás butano no Edifício Pak Lei no ano passado e o incêndio no Edifício Jardim Kong Fok Cheong nestes últimos dias, que afectaram muitos residentes. Algumas instituições de serviço social deslocaram-se de imediato ao local do acidente para prestar apoio aos residentes, ajudando-os a contactar o Instituto de Acção Social (IAS). Porém, este último alegou que as instituições não faziam parte da “rede de serviço social” e recusou colaborar com elas. Isto não corresponde às ideias defendidas pelo actual Governo quanto ao assegurar o “desenvolvimento concertado e o progresso harmonioso”, à manutenção de uma relação de parceria com os diversos estratos sociais, assinalada pela interacção e cooperação, e ao desenvolvimento sustentado de Macau.

O “Programa de financiamento das actividades para promover o respeito dos jovens pelos idosos”, implementado pelo Instituto de Acção Social (IAS), contribuiu para reforçar a interacção e as trocas entre alunos e idosos e produziu efeitos notórios. Há quem defenda que o financiamento deve ser estendido às instituições juvenis e emergentes, para a organização de mais actividades familiares e de convívio, em prol da promoção do respeito dos jovens pelos idosos. Porém, o IAS recusou também esta sugestão, alegando que isto não fazia parte da rede de serviço social.

Durante o processo de desenvolvimento e nas mudanças, a sociedade de Macau precisa das forças de mais pessoas e grupos diversos que assumam responsabilidades e dêem o seu contributo, construindo, em conjunto, uma

sociedade harmoniosa com desenvolvimento sustentável. Enquanto componentes das forças da sociedade, as instituições de serviços sociais privadas e, em especial, os novos grupos de serviços sociais dinâmicos devem ser apoiados pelas autoridades, assumindo o papel de ponte para a comunicação entre cidadãos e Governo e prestando assistência e apoio atempados aos cidadãos. Quanto às novas instituições de serviços sociais, estas podem até assumir-se como elementos complementares, alargando a cobertura da “rede dos serviços sociais”. Por isso, espera-se que as autoridades acelerem a reforma administrativa, desenvolvam, tendo por objectivo prestar apoios atempados aos cidadãos, os seus trabalhos de forma pragmática e proactiva, e organizem, em cooperação com os grupos e associações, actividades em prol do benefício da sociedade, com vista a maximizar a eficiência dos respectivos mecanismos e trabalhos.

IAOD do deputado Ip Sio Kai em 30.10.2019

Segundo os dados recentes da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), nos primeiros três trimestres do corrente ano, recebemos 30,2 milhões de visitantes, um aumento de 17% em comparação com o período homólogo do ano passado. Nos finais deste ano, vão ter lugar várias actividades e festivais de grande dimensão, tais como o grande prémio, o festival da gastronomia de Macau, o festival de luz, e o desfile internacional de Macau, portanto, podemos prever uma nova ronda e um novo pico de turistas. A sociedade também prevê que o número de turistas deste ano vai romper a barreira dos 40 milhões. O Governo e o sector do turismo estão sempre a empregar esforços no aumento da capacidade de acolhimento de turistas e para fazer face à pressão proveniente dos turistas, mas mesmo assim estes continuam a “encher” até quase à ruptura os principais pontos turísticos, e a sociedade continua a não conseguir partilhar dos frutos do desenvolvimento económico e do turismo, portanto, estas duas questões continuam por resolver.

Em Março deste ano, os serviços de turismo lançaram três instrumentos “inteligentes”, esperando aumentar a qualidade das viagens dos turistas, mas segundo os operadores do sector, a intenção original é boa e merece apoio, porém, não conseguiu surtir bons efeitos, por exemplo, no redireccionamento de turistas e no apoio a uma viagem mais detalhada.

Na realidade, o Governo e os referidos operadores já disponibilizam várias aplicações para o turismo (APP), mas o público não as conhece bem e algumas são repetidas, as informações estão bastante dispersas, e a sua utilidade é limitada, por isso, dificilmente conseguem satisfazer as necessidades dos turistas. Sugere-se ao Governo a organização duma plataforma de informações turísticas de Macau do tipo serviços *one stop*, onde se reúnam as diferentes aplicações. Para além das informações existentes, pode pensar-se em introduzir funções de uso normal, por exemplo, a previsão do tempo, informações sobre o trânsito nos pontos turísticos, itinerários, gastronomia típica, entretenimento, normas legais sobre turismo, apresentação de queixas sobre guias turísticos sem a devida licença, e infracções dos táxis, entre outras. Essa plataforma pode contribuir para facilitar o uso das aplicações e para redireccionar os turistas. E através da divulgação de informações turísticas de carácter orientador, é possível ajudar os turistas a experienciar uma viagem mais detalhada, elevar a capacidade geral da cidade, aumentando assim a nossa capacidade para fazer face ao peso dos feriados e festividades.

Em paralelo, há que alargar as vias de divulgação, sugerindo-se a colaboração com as mais procuradas plataformas de informação turística e artística do turismo das regiões vizinhas para elevar o grau de acolhimento e de utilização das aplicações, bem como permitir aos visitantes o acesso, a qualquer momento, a todas as informações turísticas de Macau, para que possam planear, com flexibilidade, os seus itinerários e possamos atingir o objectivo do “turismo

inteligente”.

Se Macau quer afirmar-se como centro mundial de turismo e de lazer, tem de desenvolver, impreterivelmente, um turismo de alta qualidade com relevância para a vertente do turismo inteligente. O Governo e o sector têm de acelerar a construção das respectivas instalações físicas e complementares, e têm também de enfrentar com maior abertura as mudanças decorrentes da aplicação das novas tecnologias, para se retirar os frutos económicos do turismo. Os serviços públicos devem ainda acelerar a optimização das aplicações no âmbito do turismo inteligente e reforçar a imagem de Macau enquanto marca do turismo inteligente e tecnológico, no sentido de criar uma ligação orgânica entre a facilitação da vida aos residentes e as recordações de Macau dos visitantes.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 30.10.2019

Empenhar-se nas quatro forças para promover o princípio “Um país, Dois sistemas”

O Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Han Zheng, num encontro com três associações que amam a Pátria e Macau em visita a Pequim há dias, reconheceu plenamente o importante contributo dessas associações para a manutenção da prosperidade e estabilidade de Macau, e a concretização com sucesso do princípio “um país, dois sistemas” com características próprias de Macau. Ao mesmo tempo, expressou o desejo de as associações que amam a Pátria e Macau continuarem a ser uma importante força de promoção da implementação do princípio “um país, dois sistemas”, de suporte ao Governo da RAEM e ao Chefe do Executivo na sua acção governativa sob o primado da lei, de intervenção na promoção da integração de Macau no desenvolvimento nacional, e de impulsionamento da divulgação dos valores nucleares de “amar a Pátria e amar Macau”, com vista a contribuir para uma Macau mais bela e para a restituição do esplendor da Nação Chinesa.

Na minha opinião, as “quatro forças” referidas pelo vice-primeiro-ministro representam não só uma grande expectativa, como, ainda, um estímulo para as associações que amam a Pátria e Macau. São novas exigências do Governo Central para com essas associações, no contexto do desenvolvimento da nova era. Assumir as “quatro forças” constitui uma missão gloriosa, uma grande responsabilidade e uma tarefa árdua para as associações que amam a Pátria e Macau.

As associações são a ponte entre o Governo e as camadas de base, e uma força importante para a acção governativa sob o primado da lei. Têm a missão e a responsabilidade de transmitir ao Governo, de forma plena e realista, as vozes da camada de base, durante o processo de formação das políticas e decisões. Em certa medida, têm implicações na cientificidade e na boa governação. É preciso que as associações reforcem os laços com as camadas de base, e nelas se aprofundem para conhecer as suas solicitações e transmitir as suas vozes, para assim representar, defender e desenvolver os seus direitos e interesses. A vitalidade e o valor das associações residem na sua ligação com as camadas de base. Se se afastarem das mesmas, a coesão e a atractividade vão perder-se, o que lhes vai tirar vitalidade e valor.

Macau é uma “sociedade associativa”, com mais de 9400 associações. A maioria mantém uma tradição de amor à Pátria e a Macau. Mesmo sob a administração portuguesa há longo tempo, a sua vontade patriótica nunca foi aniquilada. Pelo contrário, preocupavam-se conscientemente com o futuro do país e da nação, tornando-se esta a característica de actuação das associações de Macau. Nesta nova era de desenvolvimento, essas associações devem manter a

sua intenção inicial de amor à Pátria e a Macau, reforçar a transmissão e a inovação, desempenhar bem o seu papel como ponte, dar um bom exemplo como modelo, enraizar-se na classe social baixa, considerar essa classe e servi-la, e, em particular, desempenhar bem as suas funções pioneiras e de liderança.

O amor pela Pátria e por Macau, a tolerância, os benefícios mútuos e o pragmatismo e progresso constituem o valor nuclear da sociedade de Macau, e a fonte de força para a prosperidade e o desenvolvimento de Macau. Macau pode vir a ser um local activo para a prática bem-sucedida de “um país, dois sistemas”, e é a manifestação vívida dessa preciosa filosofia. Devemos valorizá-la e esforçarmo-nos por transmiti-la. As associações que amam a Pátria e Macau devem divulgar e promover activamente essa filosofia, especialmente, contar aos jovens as histórias de antes e depois do retorno à Pátria, incentivando-os a transmitir bem o espírito de amor à Pátria e a Macau, e assegurar que a causa de “um país, dois sistemas” seja transmitida de geração em geração, e promovida de forma estável e duradoura.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 30.10.2019

Por serem limitados os recursos de solos e alta a densidade populacional, há dificuldades em encontrar terrenos para construir habitações públicas ou escolas, ou satisfazer as necessidades dos residentes, em termos de recintos gimnodesportivos. De facto, o Governo depara-se com factores objectivos que o impedem de satisfazer as necessidades da sociedade. Segundo os estudos sobre os recintos desportivos – 2017, a área média para a prática de desporto desceu de 1,4 m², em 2011, para 1,34 m² *per capita*, uma queda de 4 por cento.

Se os espaços desportivos não acompanharem o crescimento populacional, isso vai fazer perder o interesse dos residentes pela prática de desporto ou até estorvar o desenvolvimento desportivo. Por isso, o Governo tem de colaborar activamente com as associações e escolas do ensino secundário e superior, para estas libertarem mais recintos e instalações desportivas para uso do público, e isso tem de ser feito. Mas, para resolver radicalmente o problema, é necessário haver um planeamento a longo prazo e proactivo.

Assim sendo, sugiro:

1. Que o Governo faça um estudo para fixar o *ratio* entre o número da população e os espaços de lazer, aplicando-o no planeamento dos novos aterros urbanos e no reordenamento dos bairros antigos. As actuais instalações desportivas são os trilhos para peões e bicicletas, e os campos e recintos desportivos sob a administração do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) e do Instituto do Desporto, por isso espero que o Governo crie um órgão para coordenar e planear cientificamente a utilização dessas instalações desportivas.

2. Através da facilitação das formalidades alfandegárias, podemos reforçar a cooperação com Zhuhai e Hengqin para desenvolver o desporto de competição e o desporto para todos, concretizando a complementaridade das vantagens dos recursos desportivos inter-regionais. Segundo a imprensa, o Centro de Ténis Internacional de Hengqin foi aberto gratuitamente aos residentes de Macau, o que atraiu muitos adeptos. Se as formalidades alfandegárias forem mais convenientes, o Governo pode ponderar o reforço dessa cooperação, para desenvolver e construir, em conjunto, espaços, pavilhões, campos e instalações desportivas, e trilhos de bicicleta, entre outras instalações, para o usufruto dos residentes dos 2 lados, resolvendo assim o problema da falta de espaço em Macau.

3. Para que todas as zonas disponham de instalações desportivas e recreativas adequadas, deve-se aproveitar, rever e construir mais espaços desportivos, de acordo com as necessidades, para uma melhor racionalização dos recursos. Por exemplo, é preciso dispor de instalações desportivas e de lazer nas zonas dos novos aterros e nas zonas onde vão ser efectuados os trabalhos

de reordenamento, para os residentes as poderem utilizar e elevar a sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, deve-se também avaliar a estrutura demográfica das diferentes zonas de acordo com a população de idosos e crianças, distribuir racionalmente as instalações recreativas e desportivas, e promover uma cultura de desporto saudável para toda a população.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 30.10.2019

Na semana passada, houve um incêndio num apartamento do Edifício Jardim Kong Fok Cheong, na Areia Preta, e várias famílias sofreram graves prejuízos patrimoniais e tiveram de se abrigar em casa de amigos ou no Centro de Sinistrados da Ilha Verde. Além do apoio das associações de beneficência, o Instituto de Acção Social (IAS) vai conceder assistência financeira de emergência às 11 famílias mais afectadas. Apesar de não ter causado ferimentos graves e mortes, o incêndio arruinou vários lares construídos através de trabalho árduo. Acredita-se que as consequências e os prejuízos demorem a desaparecer, o que é mesmo lamentável. Espero que o Governo preste atenção à segurança do edifício e das famílias afectadas, e ofereça a assistência necessária ao nível económico, habitacional e técnico.

No dia do incêndio, o resgate foi afectado pela falta de infra-estruturas contra incêndios e a falha do sistema contra incêndios. Como não tinham as informações, muitos moradores e vizinhos questionaram os trabalhos de resgate, e o Corpo de Bombeiros divulgou rapidamente as dificuldades e os problemas dos equipamentos contra incêndios identificados durante esse resgate. Com o esforço dos bombeiros, o incêndio foi apagado às 8 da noite. Cerca de 100 agentes policiais foram mobilizados para manter a ordem, o IAS destacou funcionários para prestar apoio psicológico aos moradores necessitados e várias associações orientaram os moradores para se refugiarem em locais seguros. Assim, o resgate do incêndio contou com apoios eficazes.

Na sequência do incêndio, os bombeiros fizeram uma investigação detalhada sobre o sistema de protecção contra incêndios e os diversos tipos de equipamentos e instalações, e divulgaram os resultados. Segundo estes, os bombeiros já tinham recebido sucessivas queixas em Maio, Junho e Julho deste ano sobre a obstrução dos corredores de evacuação, tendo destacado pessoal para efectuar acções de fiscalização sobre a segurança contra incêndios do prédio. No decurso das acções de fiscalização, os bombeiros descobriram que o certificado do sistema de protecção contra incêndios estava expirado, por isso notificaram de imediato a empresa de administração, e recorreram a um ofício para comunicar isso aos serviços competentes. Mas, até à data do incêndio, os bombeiros não receberam quaisquer informações sobre a manutenção e conservação do referido sistema e dos equipamentos. Mais, através de comparação, provaram que os botões para a entrada de água do referido sistema e o sistema de alarme continham diferentes níveis de avarias e danos. Uma avaria no botão de entrada da água instalado na canalização subterrânea do prédio impediu que a pressão da água do veículo dos bombeiros atingisse a devida pressão. Estes factos prejudicaram a rapidez das acções de combate e de socorro efectuadas pelos bombeiros, e deixaram passar o período de “ouro” de combate ao incêndio.

O referido incidente demonstra que existem insuficiências nas instalações contra incêndios, nos equipamentos de apoio comunitário, nas leis e regulamentos e na administração dos edifícios, e falta de consciência dos residentes sobre a segurança contra incêndios. No referido incêndio, infelizmente, diversas partes têm determinadas responsabilidades. Espero que o Governo e os diversos sectores sociais possam retirar os devidos ensinamentos, para melhorar a segurança contra incêndios dos edifícios de Macau e evitar a ocorrência de incidentes deste género.

Em especial, para além da elevada densidade habitacional e das vias estreitas, o envelhecimento dos prédios nalguns bairros comunitários de Macau é cada vez mais grave. Se, infelizmente, ocorrer um incêndio, o salvamento poderá ser afectado devido aos limites impostos pelo ambiente. Sugere-se ao Governo uma revisão da segurança contra incêndios nesses bairros e o reforço das normas no âmbito do futuro planeamento urbanístico e construção urbana, para assegurar que os trabalhos de combate a incêndios não sejam obstruídos. Quanto ao referido incêndio, as autoridades estreadam um drone de porte médio nas operações para, mediante termografia, verificar se existiam pessoas por resgatar e detectar a sua localização concreta, aumentando assim a eficiência do salvamento. No futuro, há que continuar a introduzir instalações inteligentes para o combate a incêndios, com vista a promover a construção desse “combate inteligente”, aumentando a respectiva capacidade.

Por fim, o Regulamento de segurança contra incêndios já está em vigor há mais de 20 anos, assim, com vista uma adaptação às mudanças da sociedade, solicito ao Governo que reveja a legislação quanto antes, optimize as instalações contra incêndios em prédios e aperfeiçoe os critérios relativos às exigências da resistência ao fogo, exigindo a execução nos prédios e clarificando as competências do Corpo de Bombeiros para inspeccionar os sistemas contra incêndios e aplicar sanções.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 30.10.2019

Há que considerar e planear as instalações complementares de trânsito nos diversos postos fronteiriços

Segundo os dados do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), no ano passado entraram em Macau 89.733.895 pessoas, 74% das quais (66.265.795 pessoas) entraram pelas Portas do Cerco, constituindo grande pressão para este posto fronteiriço. A sociedade deseja que o Posto Fronteiriço na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, que entrou já em funcionamento, e o Posto Fronteiriço de Qingmao, ainda em construção, produzam efeitos ao nível do redireccionamento das pessoas e que aumente a taxa de utilização do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus-Hengqin. Pelo exposto, as autoridades devem negociar, de forma contínua, com o Interior da China, para facilitar ainda mais a passagem alfandegária nos diversos postos fronteiriços, e devem ainda melhorar as instalações complementares de trânsito, para produzir efeitos de redireccionamento e atenuar a pressão do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

Apesar da entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, ainda faltam, de forma evidente, instalações complementares de trânsito. Esta Ponte faz a ligação à Rotunda da Amizade, na Zona Norte, onde é grande o movimento. Como falta um planeamento proactivo para esta zona, ao nível das instalações complementares de trânsito, e estão ainda por acabar várias passagens que ligam a Zona A dos novos aterros ao exterior, a Rotunda da Amizade é a única saída da Ponte, e depois da sua entrada em funcionamento, agravou-se a pressão rodoviária naquela zona. Para resolver a situação, as autoridades avançaram com sucessivos trabalhos de melhoria de curto prazo. A construção duma passagem superior ainda está na fase de planeamento, e os serviços competentes devem acelerar os trabalhos. Tendo em conta que vão ser construídas, na primeira fase, 7 mil unidades de habitação pública na Zona A dos novos aterros, as autoridades devem, antes da população se mudar para lá, acabar o mais rápido possível a construção duma passagem para ligar a Zona A às outras zonas, para que as pessoas e os veículos que vêm da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau possam entrar em Macau através de várias vias, atenuando-se assim a pressão rodoviária.

O Posto Fronteiriço de Hengqin é o segundo maior posto transfronteiriço terrestre entre o Interior da China e Macau, mas devido às limitações ao nível da passagem transfronteiriça e do trânsito, só é utilizado por 5 % do total de passageiros, daí ser reduzido o efeito de dispersão. Recentemente, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional decidiu delegar competências em Macau para exercer jurisdição sobre o posto fronteiriço de Hengqin (posto de Macau e adjacências), sendo então de esperar que o modelo inovador de “inspecção fronteiriça integral” seja implementado em Dezembro deste ano. Apesar de a passagem transfronteiriça ser mais conveniente, é necessário

resolver o actual problema do trânsito, isto é, a necessidade de atravessar a Ponte para se chegar do actual Posto Fronteiriço da Flor de Lótus ao novo posto e visa-versa. Veja-se o caso do metro ligeiro da Taipa, que segundo o previsto, entra este ano em funcionamento. A estação mais próxima do novo Posto da Flor de Lótus fica perto do actual posto e não há qualquer ligação directa ao novo posto. Os serviços competentes devem então proceder, quanto antes, ao planeamento e estudos respectivos, para aperfeiçoar a ligação com o trânsito terrestre do Interior da China, facilitando as deslocações dos residentes, e devem ainda melhorar as instalações complementares do novo Posto para os autocarros, táxis e viaturas particulares.

Quanto ao Posto Fronteiriço de Qingmao, que ainda está em construção, prevê-se, nos termos do contrato, que o seu edifício esteja concluído no final do próximo ano. Segundo o Governo, o Posto das Portas do Cerco desempenha um papel principal e o de Qingmao um papel complementar, e vai ser sugerido à população que utilize, sempre que possível, o Posto das Portas do Cerco e o da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Todavia, na zona da Ilha Verde, a densidade populacional é alta, e há cada vez mais pessoas e veículos devido à conclusão de várias habitações públicas nos últimos anos, e se não se concluir com antecedência o respectivo planeamento do trânsito, a entrada em funcionamento do Posto de Qingmao poderá agravar a pressão do trânsito naquela zona. Neste posto foi reservado espaço para estações de táxis e zonas de tomada e largada de passageiros, e naquela zona já existem parques de estacionamento públicos para motos e carros, porém, há que ponderar a criação de paragens provisórias para os autocarros turísticos e *shuttle* buses dos hotéis, caso contrário estes vão andar às voltas, agravando a pressão do trânsito. Em suma, o Governo deve ponderar e planear, de forma global, as instalações complementares de trânsito nos diversos postos fronteiriços.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 30.10.2019

Tenhamos sentido de risco e precaução!

Recentemente, registou-se um incêndio num apartamento do edifício Kuong Fok da Areia Preta, em que muitas famílias moradoras no tal edifício, para além de não terem conseguido voltar a casa, sofreram graves prejuízos patrimoniais, contudo e felizmente, não houve mortos nem feridos. Segundo as notícias, os Bombeiros suspeitam que tenha sido um curto-circuito a provável causa do incêndio num dos quadros eléctricos. E segundo o respectivo relatório de investigação, as instalações do edifício estavam danificadas ou avariadas, incluindo o sistema e tubagem anti-incêndios, razão principal da falta de pressão para o fornecimento de água ao carro-bomba que resultou na falta de água para combater o incêndio. Essas informações alertam a nossa atenção para a questão da administração dos edifícios antigos, incluindo a manutenção e reparação das instalações de combate aos incêndios.

Esta questão é preocupante para muitos cidadãos, visto que são cada vez mais os edifícios antigos e os problemas daí resultantes são cada vez mais notórios, porque a maioria das reparações incide apenas sobre a fachada, as infiltrações de água e as janelas, ignorando os problemas internos dos edifícios que são ocultos, como por exemplo, o envelhecimento dos fios eléctricos, as canalizações para o fornecimento de água e os esgotos, o sistema de combate contra incêndios, e sobretudo os quadros e cabos eléctricos, que devido ao seu uso prolongado, se encontram em mau estado. Se essas instalações ou equipamentos não forem substituídos, é muito provável que venham a provocar incêndios, devido a curto-circuitos.

De facto, face aos diversos problemas decorrentes do envelhecimento dos edifícios, interpelei por escrito o Governo, em 20 de Setembro de 2012, 8 de Julho de 2014, 11 de Setembro de 2017. Na interpelação oral de 24 de Fevereiro de 2014 e na proposta de debate de 30 de Junho de 2017, sugeri várias vezes ao Governo a urgência da elaboração de uma lei e duma lista dos edifícios que precisam de inspecção, obrigando os prédios com mais de 30 anos a inspecções periódicas e a obras de manutenção, com vista a prevenir eventuais perigos e garantir a segurança dos cidadãos, desarmando assim uma bomba-relógio que pode explodir a qualquer momento. No entanto, até ao momento, o Governo ainda não elaborou qualquer lei, nem definiu planos e medidas para tratamento de eventuais crises.

Por isso, alguns cidadãos pediram-me para questionar, mais uma vez, o Governo, sobre o seguinte: o referido incêndio veio demonstrar, mais uma vez, que devemos estar sempre alerta, que os proprietários têm de assumir as suas responsabilidades na administração dos seus edifícios e que o Governo deve reforçar a vistoria e a fiscalização dos equipamentos contra incêndios, mas mais

importante ainda, é o Governo ouvir as opiniões da população, legislando sobre a inspecção obrigatória dos edifícios com mais de 30 anos. Além disso, deve ainda listar os itens a inspecionar, procedendo à reparação e manutenção consoante o grau de envelhecimento dos materiais, sua importância e urgência, pois no que respeita aos problemas da sociedade, mais vale prevenir do que remediar.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 30.10.2019

O Governo deve reforçar a fiscalização das empresas de administração dos edifícios

Recentemente, o incêndio no Edifício Jardim Kong Fok Cheong provocou grandes prejuízos a muitos proprietários, pois as partes comuns e as fracções foram afectadas. Apesar de se tratar de um caso isolado, o certo é que reflecte perigos ocultos sobre a administração dos edifícios, que devem fazer soar o alarme do Governo. Devido à imperfeição das leis ao longo de anos, muitos edifícios estão numa situação de elevado perigo devido à má administração, nomeadamente os edifícios antigos e os edifícios sem elevadores, que ao longo dos anos já demonstraram que existem problemas devido ao envelhecimento das instalações eléctricas, obstrução das vias de evacuação em caso de incêndio e infiltrações de água. Já estamos habituados a isto! Porém, é lamentável que o Governo não tenha prestado a devida atenção ao assunto.

Segundo alguns proprietários e comissões de condóminos, já foram apresentadas às autoridades queixas acerca da segurança das instalações e partes comuns dos prédios, tais como, o estacionamento ilegal de motas que bloqueia o acesso dos bombeiros, a ocupação das partes comuns pelas lojas para a venda dos seus produtos, obstrução do corredor de evacuação, etc. Contudo, após inspecção, o Corpo de Bombeiros (CB) limitou-se a emitir uma notificação com sugestões para melhoria, e mais nada. Quanto às 6331 inspecções de segurança contra incêndios que o CB efectuou entre Janeiro e Setembro deste ano, quem é que vai promover a resolução dos problemas detectados? Afinal houve melhorias? Talvez algumas comissões de condóminos e proprietários cumpram o relatório do CB e procedam às devidas melhorias. Contudo, se as pessoas não colaborarem, as comissões, os proprietários e o CB também nada podem fazer. E por tudo isto, os proprietários e membros das comissões de condóminos até são demandados, e precisam de contratar, às suas custas, advogados para as respectivas acções judiciais.

Na realidade, a gestão dos espaços públicos dos edifícios tem a ver com a segurança habitacional de milhares de famílias, pelo que não se pode simplesmente considerá-los como espaços privados. A Administração deve ter em conta a conjuntura geral, no sentido de reforçar a gestão e a fiscalização dos espaços comuns e das instalações nas partes comuns dos prédios, pois só assim é possível garantir a segurança habitacional. Convém frisar que a segurança contra incêndios, a segurança dos elevadores e a segurança da estrutura dos edifícios são aspectos a que a Administração deve prestar especial atenção. A sociedade tem apelado à revisão do regulamento contra incêndios, no sentido de se atribuir aos Bombeiros competências para a execução da lei, mas mesmo assim, o Governo nunca ligou ao assunto, sempre colocou o assunto em estudo após estudo. Afinal, quando é que vai haver uma calendarização para a revisão da lei? Quanto à fiscalização dos elevadores de dezenas de milhares de edifícios, neste momento, só existe uma instrução, não existe qualquer sanção definida

nem a obrigatoriedade da realização de inspeções, por isso, a segurança dos elevadores também sobressai. Proponho ao Governo que acelere a produção legislativa e que crie um serviço específico para fiscalizar os elevadores, com vista a assegurar uma fiscalização atempada e eficaz.

Os edifícios fazem parte dos bairros comunitários, portanto, a melhoria da gestão predial tem implicações com a propriedade privada, com os interesses comuns dos proprietários, e com a segurança pública desses bairros. O incêndio no Edifício “Jardim Kong Fok Cheong” é uma lição penosa, portanto, os serviços competentes devem proceder a uma séria revisão, evitando que tragédias se repitam, devem também mudar a sua mentalidade, integrando, quanto antes, a gestão predial no âmbito da segurança dos bairros comunitários, e melhorar o regime jurídico da segurança contra incêndios e o dos elevadores, através de ponderação global e da definição de planos. Devem ainda reforçar a fiscalização da gestão predial, aumentando o apoio administrativo e técnico aos conselhos de administração de condomínios, para que estes melhorem os trabalhos de gestão dos edifícios, assegurando assim que os moradores vivam com tranquilidade.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 30.10.2019

O Governo tem aumentado a eficiência administrativa através da optimização, simplificação e digitalização dos procedimentos, e lançou, para o efeito, diversos projectos e programas, tais como o “*serviço one-stop*” e centros de tratamento ou grupos de trabalho, a fim de facilitar a vida da população. O trabalho e os esforços do Governo merecem todo o meu reconhecimento. Porém, a sociedade não deixa de ter muitos comentários quanto aos procedimentos de licenciamento no sector da restauração e das farmácias, pois as autoridades competentes não informam os requerentes, de uma só vez, das alterações a introduzir para que a licença seja emitida, antes pelo contrário, procedem a várias apreciações, emitindo sempre novos pareceres, o que implica trabalhos duplicados ou triplicados para os requerentes na formulação dos pedidos. É por esta razão que as licenças se atrasam. Muitos restaurantes e farmácias, enquanto aguardam pela vistoria das Obras Públicas, Serviços de Saúde e Bombeiros, já têm as obras de remodelação concluídas e trabalhadores recrutados, têm de pagar rendas e salários, e os seus custos vão aumentando. É impossível prever a data de emissão das licenças e, sem licenças, os requerentes não podem fazer negócio. Isto é insustentável.

A eficiência administrativa em Macau é baixa, portanto, é do conhecimento geral que os serviços públicos devem ser reforçados, essencialmente devido à falta de clareza na divisão das competências, à complexidade e à morosidade dos procedimentos de apreciação, à falta de flexibilidade na execução da lei, e à necessidade de reforço da cooperação interdepartamental. O Governo também está ciente disto, tendo dialogado várias vezes com a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública da Assembleia Legislativa. De acordo com o Relatório n.º 1/VI/2018 da referida Comissão, a Administração já começou a rever todo o regime de licenciamento e, mantendo-se o actual serviço “one stop”, será criada, em 2019, uma comissão conjunta para a apreciação dos pedidos de licenciamento dos estabelecimentos de comes e bebes, a fim de informar, de uma só vez, os requerentes, sobre os problemas verificados, evitando-se a comunicação a conta-gotas. O ano de 2019 está quase a chegar ao fim, qual é o resultado da revisão do regime de licenciamento? Foi concretizada a criação da referida comissão de apreciação conjunta, conforme prometido pelo Governo?

Pode-se tomar como referência a prática de licenciamento “one stop” de Hong Kong. Após a recepção dos documentos do requerente e depois de um exame preliminar, o Departamento de Higiene Alimentar e Ambiental de Hong Kong convoca o pessoal dos diversos serviços competentes para a realização de uma reunião do grupo de revisão com o requerente, para informá-lo das condições que devem ser melhoradas para que este possa obter uma licença formal ou provisória.

Na minha opinião, a eficiência e a qualidade da administração pública não têm só a ver com a vida da população, pois afectam também o ambiente comercial e económico de Macau. A ineficiência pública dificulta a vida do cidadão comum e também desencoraja os investidores. Por isso, para melhorar verdadeiramente a qualidade dos serviços públicos, o Governo deve promover e desenvolver vigorosamente o governo electrónico, e promover também a cooperação interdepartamental de forma substantiva, para simplificar os processos administrativos, facilitar a vida aos cidadãos e servir melhor a população!

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 30.10.2019

Promover a cooperação e a integração entre Macau e Guangdong, aproveitando a política de interligação e livre circulação

Recentemente, a delegação conjunta da Federação das Associações dos Operários, da União Geral das Associações dos Moradores e da Associação Geral das Mulheres de Macau foi recebida pelo membro do Comité Permanente do Politburo e Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Han Zheng. Durante o encontro, este sublinhou a posição clara do País, de persistência e implementação integral da política “Um País, Dois Sistemas”, reconheceu os esforços e contributos das associações civis que amam a Pátria e Macau para a prosperidade, estabilidade, harmonia e desenvolvimento de Macau, e apresentou 4 desejos.

Fiz parte da delegação a Pequim, e senti profundamente que as palavras do Vice-Primeiro-Ministro não só incentivaram as 3 associações representadas, como também reconheceram todos aqueles que trabalham para o desenvolvimento de Macau, e ilustram a esperança de transformar Macau num belo lar e de restituir o esplendor da nação chinesa. Através destas palavras, compreendemos profundamente a amabilidade que o País demonstra a Macau, e que temos de valorizar a conjuntura favorável de prosperidade, estabilidade e harmonia, que não foi fácil de conseguir.

Nos últimos anos, o país concedeu várias políticas de benefícios para a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía, incluindo o benefício fiscal “gentes de Macau, impostos de Macau”, a possibilidade de os residentes de Macau, cuja residência habitual é Hengqin, participarem no seguro médico de Zhuhai e os demais benefícios ao nível dos investimentos. Aliás, o bom aproveitamento dessas políticas contribui para a diversificação adequada do desenvolvimento de Macau e para a melhoria do bem-estar da população. Há dias, o Comité Permanente da APN delegou poderes em Macau para exercer jurisdição sobre o posto fronteiriço de Hengqin – “posto fronteiriço do lado de Macau e adjacências”, concretizando, neste posto, “uma fronteira, duas verificações”. Trata-se duma decisão importante que vai criar vantagens para a concretização dum círculo de vida numa hora, ideia apresentada nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Mais, o posto fronteiriço de Hengqin assume-se como uma ligação entre Hengqin e Macau, bem como uma porta para as cidades do Delta do Rio das Pérolas. A implementação da política em causa, tendo em conta a sua abertura, inovação e conveniência, vai contribuir significativamente para a promoção do intercâmbio e a integração aprofundados entre Guangdong, Hong Kong e Macau. A implementação da nova modalidade “inspecção conjunta para passagem” acelera a passagem fronteiriça, sendo ainda usadas novas tecnologias para a partilha de informações, o que pode contribuir para uma gestão inteligente e para dar resposta às necessidades reais decorrentes das actividades comerciais e do

dia-a-dia dos residentes na Grande Baía. Mais, isto pode contribuir para a dispersão pelos postos fronteiriços, possibilitando uma passagem fronteiriça conveniente e eficiente tanto para os residentes e turistas como para as mercadorias. Assim, proponho ao Governo que conclua, quanto antes, os trabalhos legislativos sobre a aplicação das normas jurídicas da RAEM no posto fronteiriço de Macau na Ilha de Hengqin e nas zonas envolventes, com vista a proporcionar uma garantia importante para facilitar as passagens fronteiriças. Ao mesmo tempo, apelo ao Governo para acelerar a construção das instalações complementares de trânsito ao redor do novo posto, para aumentar a sua utilização pelos residentes e turistas, romper os obstáculos territoriais, aumentar a capacidade geral do trânsito e a capacidade para fazer face à pressão, permitindo que esse posto tenha uma função orientadora no desenvolvimento geral da região. Recentemente, foram implementadas as matrículas electrónicas para a entrada de veículos privados em Macau através da grande ponte e foram aumentadas mais 500 e 914 quotas para veículos privados que circulam através da grande ponte entre Macau e Hong Kong, o que contribuiu para facilitar a circulação entre Guangdong, Hong Kong e Macau.

Mais, no passado dia 7, foi divulgada a ideia “Novo Bairro da Ilha de Hengqin”, segundo a qual vão ser dados terrenos e, através da colaboração com o Governo da RAEM, vai ser construído um complexo onde se vão reunir instalações para a vida pós aposentação, para educação, habitação e serviços médicos. Espero que, na próxima fase, o Governo acelere os trabalhos de construção de instalações para a vida da população dos dois lados da fronteira, crie serviços públicos mais ágeis, criando desse modo um espaço comunitário “extensivo” para os residentes de Macau e de Hengqin, tudo isto para facilitar o emprego, o dia-a-dia, a vida pós aposentação e a aprendizagem dos residentes de Macau. Mais, isto pode servir para cimentar uma boa base para a futura cooperação entre os dois lados, para resolver a insuficiência de terrenos em Macau, para impulsionar a complementaridade mútua de vantagens e uma cooperação mais aprofundada.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 30.10.2019

Aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e de logística na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e nas suas proximidades

A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau entrou em funcionamento há já um ano. Segundo as notícias, já passaram por esta ponte mais de 14 milhões de pessoas e mais de 1,5 milhões de veículos. A abertura da ponte facilitou, naturalmente, o trânsito terrestre entre as três regiões e contribuiu para aumentar o número de visitantes, mas há quem critique que a quantidade média diária de veículos que lá circulam é de apenas 4 mil, número muito aquém do previsto, isto é, entre os 9 e os 14 mil. Até agora, nenhum camião de Macau conseguiu circular na ponte e crê-se que o motivo se prende com a falta de instalações complementares no âmbito da logística e do trânsito. Esta situação embaraçosa faz com que a ponte não produza quaisquer benefícios ao nível de transporte e logística.

Segundo as notícias, após a entrada em funcionamento da ponte, o volume de mercadorias transportadas pelo sector logístico local não aumentou, pelo contrário, diminuiu 20 por cento. Pensava-se que a ponte poderia contribuir para o desenvolvimento do sector, mas, afinal, até o afectou. Durante as sessões das LAG, perguntei ao Secretário para a Segurança quando ia ficar concluído o centro logístico da ponte, bastante importante para o sector, e, segundo o mesmo, o respectivo concurso público, previsto para o início deste ano, foi suspenso devido à necessidade de iniciar, primeiro, o plano director urbanístico, que os Serviços de Obras Públicas estavam a estudar, e só depois seria possível iniciar esse concurso. O ano de 2019 está prestes a terminar, então, quando é que tal planeamento vai ser concluído? Só quando os Serviços de Alfândega planearam abrir o concurso para o centro logístico é que se verificou que este tinha de passar pelo planeamento dos Serviços de Obras Públicas. Porquê? O Governo deve tirar ensinamentos disto, reforçando o conhecimento e a coordenação entre os serviços. Na resposta de Setembro a uma interpelação de um deputado, antes da entrada em funcionamento das instalações permanentes de logística, vai ser construída uma provisória para dar resposta às necessidades prementes do sector. Como é que esta instalação provisória vai ser construída? Existe alguma calendarização? Espero que o Governo reforce a comunicação com o sector de transporte e logística, e divulgue atempadamente o planeamento e a calendarização dos concursos para essa instalação provisória, para o sector e a população estarem bem preparados.

A outra questão inerente à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é a das instalações complementares de trânsito. Para aumentar nela a circulação de mercadorias, é essencial resolver os congestionamentos na Rotunda da Pérola do Oriente, que se relacionam também com a entrada em funcionamento da Zona A dos novos aterros e do Posto Fronteiriço Qingmao, e com os efeitos do redireccionamento no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. De facto, trata-se de uma medida com uma série de consequências. Interpelei, oralmente, o Governo

sobre o assunto em Julho passado. Na altura, as autoridades revelaram que iam construir uma passagem superior. Passou já um ano e recentemente iniciaram-se, finalmente, as obras da mudança de tubagens. Prevê-se que seja necessário um ano e meio para concluir as obras da primeira fase. Segundo um membro do Conselho de Trânsito, prevê-se que essa passagem superior contribua para o redireccionamento de 30 por cento dos veículos. Será suficiente para dar resposta à pressão rodoviária aquando da entrada em funcionamento dos diversos postos fronteiriços e ao reforço das funções da ponte, ao nível da circulação de mercadorias? Com base nas avaliações efectuadas, vão ter em conta outras propostas? Por exemplo, quanto à 4.^a passagem, vão ser criadas novas vias públicas nas zonas costeiras ou nos terrenos recuperados para resolver os congestionamentos? Quanto às medidas de redireccionamento do trânsito, a curto e médio prazo, quais foram os seus resultados? Espero que o Governo nos dê informações detalhadas.

Mais, no posto fronteiriço de Hong Kong não há lugares de estacionamento para os veículos de Macau, o que limita gravemente as funções de transporte da ponte. As autoridades devem reforçar a negociação com Hong Kong para disponibilizarem mais instalações complementares.

A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau diz respeito à economia regional, e ao bem-estar e à implementação de estratégias para a cooperação regional, o que tem impacto, a longo prazo, para o desenvolvimento de Macau em geral. Um ano depois da sua entrada em funcionamento, deu-se início já a alguns trabalhos, mas não houve progresso em muitos outros. Como o tempo passa rapidamente, para não o gastar, as autoridades devem agarrar as oportunidades para proceder ao seu pleno planeamento e agir activamente.

2019-10-30 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - “Vida por Vida” é o lema dos Bombeiros”, Que lições a extrair do recente incêndio no Edifício "Jardim Kong Fok Cheong"

De acordo com o recente comunicado do Corpo de Bombeiros, foi devido à falta de pressão de água que resultou num deficiente combate ao incêndio, permitindo que o fogo tivesse alastrado às moradias adjacentes.

O referido comunicado refere que de momento, desconhece-se as razões da falta de pressão da água, sendo necessárias mais investigações.

No decurso, e após o incêndio, recebemos muitas queixas e perguntas dos cidadãos tais como, se as portas corta-fogos, vidros das janelas, câmaras de fumo foram homologadas e aprovadas pela DSOPT e Corpo de Bombeiros? Qual a durabilidade das paredes (meia hora ou uma hora) para retardar a propagação do fogo e se estas foram aprovadas e homologadas pelas entidades competentes? Porque não foram arrombadas as portas das moradias adjacentes para combater o fogo de forma frontal com uso das águas do tanque e agulhetas com pressão de 60 a 70 libras para evitar que o fogo propagasse duma para outra moradia? Decorridos 20 anos da RAEM porque o Governo não implementou o seguro obrigatório das moradias contra incêndios? Com que regularidade são levantados os autos de notícias pelas entidades licenciadoras e todas outras entidades fiscalizadoras como forma de prevenção e punição nos termos dos artigos 93 e seguintes do Regulamento de Segurança contra Incêndios por violação grosseira de muitas das suas normas?

Porque é que muitas escadas de emergência e parques de estacionamento dos edifícios habitacionais e comerciais continuam entupidos com mobiliário caseiro, sucata e inclusivamente a ser de escritórios das empresas comerciais?

Será necessário que no futuro ocorra mais incêndios com perdas de vida para que as entidades competentes comecem a actuar fazendo cumprir rigorosamente a legislação existente?

Finalmente não podemos ignorar o importante lema dos bombeiros que é dar "Vida por Vida" e não há nenhum manual que prepare os bombeiros para a morte e por isso sugiro ao futuro Chefe do Executivo para que haja senso comum de estender o Regime de Aposentações como sempre existiu no passado porque não há dinheiro que possa compensar a família dum bombeiro que venha a perecer no combate aos fogos, principalmente com filhos menores.

Mais sugiro ao Chefe do Executivo para que seja instaurado uma investigação a este incêndio por entidade independente na medida em que estão envolvidas diversas entidades fiscalizadoras e no final divulgado ao público as suas conclusões e eventuais recomendações, pena que casos idênticos não voltem a repetir-se.

Muito Obrigado.

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 30 de Outubro de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Chan Hong em 30.10.2019

Construir uma rede de segurança contra incêndios nos edifícios

Macau é uma das cidades com maior densidade populacional do mundo, e recebe todos os anos mais de 30 milhões de turistas, portanto a segurança contra incêndios nunca pode ser negligenciada. No ano passado, registaram-se 1116 incêndios, e na primeira metade deste ano, 446. Olhando para a média anual de 1000 casos, a situação não é muito grave, porém, só um caso já é demais. No início deste ano, um incêndio causou feridos e mortos e, há dias, um incêndio consumiu vários apartamentos no Edifício Jardim Kong Fok Cheong, na Areia Preta. Durante o resgate, descobriu-se que a boca de incêndio não tinha água, os extintores estavam fora do prazo há muito tempo, o alarme não tinha sido activado, e os camiões de bombeiros não podiam entrar no condomínio. O caso despertou elevada atenção da sociedade para os riscos de incêndio nos prédios. Quanto a esta questão, cheguei a apresentar interpelações escritas, em Julho de 2016 e Março de 2019, sobre as medidas contra incêndio e a revisão do Regulamento de segurança contra incêndios, que ainda não foi concluída. A sociedade espera que o Governo efectue quanto antes uma inspecção aos equipamentos e defina medidas contra incêndio para todos os bairros, grandes complexos habitacionais e edifícios públicos. Assim, proponho o seguinte:

1. Concluir, quanto antes, a revisão do Regulamento de segurança contra incêndios.

O Decreto-Lei n.º 24/95/M (Regulamento de Segurança contra incêndios) já entrou em vigor há 24 anos e muitos artigos já estão desactualizados e necessitam de uma revisão urgente, em consonância com o desenvolvimento social. Os prédios velhos e antigos não são poucos e muitas grandes construções estão a ser concluídas, portanto, se este regulamento não for atempadamente revisto, como é que se pode garantir a segurança da vida e dos bens dos residentes? Espero que o Governo esclareça a sociedade sobre o andamento da referida revisão e acelere os respectivos trabalhos legislativos.

2. As autoridades devem assegurar bem os trabalhos de inspecção e fiscalização

É particularmente importante fazer bem os trabalhos de segurança contra incêndios nos prédios, e o incêndio no Edifício Jardim Kong Fok Cheong demonstrou as insuficiências desses trabalhos. Nalguns edifícios há portas corta-fogo estragadas e sempre abertas, escadas cheias de objectos, extintores de incêndio fora do prazo, e falta de manutenção e reparação do sistema contra incêndios, situações que se destacam mais nos prédios antigos. A inspecção periódica aos edifícios é uma responsabilidade conjunta das autoridades, empresas de administração predial, e comissões de condóminos e proprietários, e se alguma destas partes não assumir a devida diligência nos seus trabalhos, maiores serão os perigos. As autoridades têm de aperfeiçoar os mecanismos de resposta interserviços a casos de incêndio e de rever as condições e instalações contra incêndios nos bairros comunitários, reforçando a inspecção e a fiscalização e ajudando os proprietários e empresas de administração predial nos trabalhos de segurança contra incêndios.

3. Reforço das acções de sensibilização sobre prevenção contra incêndios na comunidade

Olhando para os dados estatísticos dos serviços públicos, a maioria dos incêndios deveu-se a negligência dos residentes, por exemplo, esquecimento de desligar os fogões, curto-circuito provocado por uso indevido de aparelhos eléctricos, etc. Por isso, é muito importante reforçar a consciência em relação à segurança contra incêndios dos residentes, das empresas de administração predial e dos órgãos de administração predial. O Governo tem desenvolvido muitos trabalhos de sensibilização na comunidade e nas escolas, nomeadamente, palestras sobre a prevenção de incêndios, actividades de combate a incêndios, simulações de evacuação, etc., mas a cobertura desses trabalhos ainda é insuficiente. Assim sendo, espero que as autoridades reforcem a divulgação e a educação, elevem a consciência de segurança contra incêndios dos residentes e aumentem o seu grau de participação nos trabalhos de prevenção contra incêndios, construindo-se em conjunto uma rede de segurança contra incêndios.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 30.10.2019

Transparência na produção legislativa e fiscalização – o melhor desinfectante para o poder público

Nos termos do artigo 22.º do Regimento, a Assembleia Legislativa funciona, em comissões, com a Comissão de Regimento e Mandatos, que é responsável principalmente pela discussão sobre o Regimento e o Estatuto dos Deputados, e outras comissões.

Neste momento existem 3 comissões permanentes, responsáveis pela apreciação, artigo a artigo, dos projectos e propostas de lei. Uma vez aprovado na generalidade pelo Plenário, o projecto ou proposta de lei é distribuído pelo Presidente da AL a uma comissão permanente, onde decorre a parte crucial da produção legislativa. Existem ainda três comissões de acompanhamento, às quais compete fiscalizar a governação nas áreas dos assuntos de terras e concessões públicas, finanças públicas e administração pública, bem como acompanhar a aplicação das leis aprovadas pela AL.

As referidas sete comissões têm trabalhos próprios e constituem a parte nuclear do funcionamento da AL, contando com os esforços conjuntos dos Deputados, assessoria e pessoal de apoio. As matérias objecto das discussões são assuntos públicos estreitamente relacionados com a sociedade e não envolvem quaisquer assuntos familiares ou negócios de determinados indivíduos. Contudo, é bastante lamentável que ainda hoje, em 2019, as reuniões destas sete comissões continuem a ser à porta fechada. O público continua a ser afastado do recinto onde se discute matérias de interesse público, e não é permitida a entrada da imprensa. Nos últimos anos, os presidentes das comissões costumam fazer um balanço depois das reuniões, mas a imprensa e o público não têm direito a saber o que acontece, na íntegra, nessas reuniões, nem lhes é possível obter, após a reunião, quaisquer gravações, de voz ou de imagem, ou os respectivos registos escritos. Assim, quanto às comissões, continua a não ser possível apagar a mácula do “funcionamento à porta fechada”.

Para mim, tal como para muitos cidadãos, é completamente inaceitável que, no 43.º aniversário do estabelecimento da AL e no 20.º aniversário do estabelecimento da RAEM, o brilho do sol continue a não conseguir entrar neste importante processo, isto é, na apreciação legislativa e na fiscalização da governação. Por isso, para além de ser um elemento relevante da “reforma do hemiciclo”, a abertura das reuniões das comissões tem sido um desejo meu, que persiste na minha mente.

Segundo o primeiro juiz norte-americano de origem judia do início do século XX, Louis Brandeis, “a luz do sol é o melhor desinfectante, e a luz eléctrica é o polícia mais eficaz”. Quando, um dia, a luz do Sol raiar efectivamente sobre todas as Comissões, com certeza vai desinfectar e esterilizar os poderes da AL.

Actualmente, o maior obstáculo para a abertura das reuniões das comissões é o artigo 93.º do Regimento: “as reuniões das comissões decorrem à porta fechada, salvo deliberação em contrário”. Este artigo insere-se na Secção I do Capítulo VI (Das regras de publicidade), mas é o único que não corresponde ao título do Capítulo, pois os outros artigos, com epígrafes como “Carácter público das reuniões plenárias”, “Meios de comunicação social”, “Diário da Assembleia Legislativa”, “Original do Diário e gravações”, “1.ª Série do Diário” e “Relatório”, promovem a publicidade e a transparência dos trabalhos da AL. Porém, as Comissões continuam a ser uma área proibida ao público, legislando e fiscalizando à porta fechada.

O órgão legislativo é também órgão de representação da população, onde o povo deve ser necessariamente o anfitrião. Enquanto os órgãos legislativos de outros países avançam para a plena publicidade, elevada transparência e alta participação dos cidadãos, onde “legislar e fiscalizar de forma transparente” é uma tendência imparável, como é que Macau pode permanecer anquilosada e introvertida? Vejam-se as regiões vizinhas. Em Hong Kong, as reuniões das comissões e dos painéis são, na maioria, transmitidas em directo, e pode-se aceder mesmo às gravações das reuniões dos primeiros anos após o retorno de Hong Kong. Em Taiwan, através da transmissão em directo, a população fiscaliza as reuniões das comissões e painéis, e as sessões de negociação entre os blocos partidários. Existe mesmo um canal específico para este efeito.

Com o esforço de todos durante vários anos, a partir de Outubro de 2013, a AL, nos termos do Regimento, permite que a CTM, a Macau Cable TV e outros órgãos de comunicação social transmitam em directo as reuniões plenárias, deixando que os residentes acompanhem os assuntos em sua casa. Isto contribuiu, sem dúvida, para aumentar a transparência e aproximar a AL da sociedade. Já se passaram 6 anos, precisamos de ter a coragem de dar mais um passo, no sentido de rever e alterar atempadamente o Regimento, acelerando o processo de tornar a AL transparente. Solicito aos Deputados que reflectam e ponderem seriamente sobre este assunto!

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 30.10.2019

Obrigar que a renovação urbana seja realizada sob fiscalização do Governo / Garantir o direito dos participantes no âmbito da troca de casa antiga por habitação nova e o interesse público inerente ao planeamento urbano / Aproveitar, a curto prazo, os terrenos recuperados para construção de habitação para troca

O Governo da RAEM apresentou, em 2011, a proposta de lei intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, mas, devido a grandes deficiências, a mesma foi, finalmente, retirada em 2013. O Governo deve retirar lições da experiência e evitar que se repita.

Segundo essa proposta de lei, o cálculo do valor patrimonial ia basear-se no valor da unidade; a hasta pública obrigatória do prédio podia ter lugar quando 70 por cento dos proprietários manifestassem o seu acordo; e o cálculo da compensação ia basear-se no valor da fracção antiga, o que ignorava, plenamente, o princípio da elevação da qualidade de vida dos moradores que tinham tomado parte na reconstrução. Naturalmente, o público suspeitou de que o Governo estivesse a tolerar a hegemonia imobiliária.

Com a economia livre da RAEM, os promotores podem criar, segundo as regras do mercado, projectos atractivos para os proprietários consentirem e cooperarem na renovação e reconstrução, por forma a conseguir eficiência económica. Caso se obrigue os proprietários a participarem nos projectos de renovação e reconstrução, é necessário, a meu ver, um regime público definitivo, para esta obrigatoriedade reflectir, adequadamente, o princípio do aumento da qualidade de vida dos residentes participantes, assegurando também o princípio do interesse público, reflectido no desenvolvimento e aperfeiçoamento em articulação com o planeamento urbanístico.

Com vista a assegurar o princípio do aumento da qualidade de vida dos residentes participantes na reconstrução, tem de haver um regime definitivo de troca de habitações. Quanto à “unidade de valor” para o cálculo da compensação daí resultante, um dos elementos importantes é a vetustez do edifício. Em Hong Kong, um prédio construído há sete anos na mesma zona e com uma área idêntica serve como referência para o respectivo cálculo, e o objectivo disto é permitir aos proprietários de edifícios antigos conseguirem ter, através da reconstrução, uma fracção não muito velha e com uma área igual à da antiga.

Em observância do princípio do interesse público na requalificação da cidade, o Governo deve realizar estudos transparentes sobre os projectos de renovação e reconstrução nesse âmbito. Por exemplo, quanto à reconstrução do bairro lao Hon, que tem merecido a atenção do Governo em todos os mandatos, é preciso fixar o rumo do desenvolvimento, por forma a decidir se o espaço acrescentado através da reconstrução deve ser destinado à construção de mais apartamentos para

alojar mais pessoas, ou à construção de instalações comunitárias para concretizar um certo objectivo de melhoramento. Infelizmente, quanto a este aspecto, o actual Governo perdeu a oportunidade. Assim, solicito que o actual Governo não actue cegamente e deixe para o próximo a fixação do rumo geral do desenvolvimento, através da interacção entre o Governo e a população.

Proponho ao actual Governo que, durante o resto do seu mandato, concretize o desenvolvimento dos terrenos recuperados, por exemplo o do “Pearl Horizon”, para a construção de habitação para troca destinada aos pequenos proprietários afectados e à renovação urbana.

Após o retorno à Pátria, o Governo afirmou várias vezes que ia iniciar a reconstrução dos bairros antigos, mas adiou os respectivos trabalhos, passando de reconstrução para reordenamento dos bairros antigos, e de reordenamento dos bairros antigos para renovação urbana. Muitos residentes idosos já vivem em Macau há muito tempo, mesmo antes do retorno, e trabalharam duramente e economizaram para adquirir fracções pequenas em edifícios antigos. Não reúnem requisitos para se candidatarem às habitações sociais e económicas, nem podem ver os seus edifícios reconstruídos ou renovados, por isso, estão presos num apartamento sem elevador e sofrem imenso. O Governo deve, com determinação, aproveitar parte dos terrenos recuperados, para construir habitações para troca destinadas aos idosos, com um projecto e serviços que facilitem a sua vida, e deve ainda incumbir uma empresa de capitais públicos de verificar os respectivos requisitos, para permitir que os idosos que vivem num edifício sem elevador possam, com a entrega das suas casas, obter habitações para troca adaptadas à velhice, em linha com a renovação urbana promovida pelo Governo.

IAOD do Deputado Au Kam San em 30.10.2019

O contrato de concessão dos serviços de autocarros foi-se arrastando ao longo dos anos, e estes serviços devem ser objecto de novo concurso público

Os contratos de exploração das duas empresas de autocarros caducaram em Agosto de 2018. Na altura, o Governo afirmou que ainda não tinha chegado a uma conclusão sobre o novo contrato, por isso, tinha de renovar o contrato por 15 meses. Esta forma de contratação não é rara, muitos contratos de exploração de serviços de utilidade pública são, muitas vezes, renovados provisoriamente por falta de tempo. Adoptar este contrato de serviços de autocarros significa que os prestadores desses serviços não precisam de melhorar nada, recebem dinheiro, e as tarifas aumentam na mesma.

Como todos sabem, a maior desvantagem dos contratos de serviços de autocarros com duração de 7 anos, celebrados em Agosto de 2011, é os prestadores desses serviços, com a colaboração do Governo, poderem aumentar as tarifas, às escondidas do público. Não podemos esquecer que, em 2011, a tarifa na península de Macau era só 3 patacas (a generalidade dos passageiros pagava 2 patacas e o Governo subsidiava 1 pataca), mas em 2018 subiu para seis patacas e sessenta avos. Os utilizadores dos serviços de autocarros não sabem que as tarifas têm aumentado uma vez que o Governo as subsidia, e se este não tivesse exigido o pagamento de mais 1 pataca e tivesse de informar os cidadãos acerca disso, estes iam continuar na ignorância.

Em Macau, o aumento das tarifas dos serviços de utilidade pública é rigorosamente condicionado, o operador tem de apresentar, por sua iniciativa, um requerimento ao Governo, e é provável que este exija uma justificação. Durante este processo, o público, que é interessado, pode ter conhecimento do aumento, assegurando-se assim o direito à informação. Contudo, os serviços de autocarros são uma excepção. Segundo os actuais contratos, as tarifas dos autocarros podem ser aumentadas de forma silenciosa sem que seja necessário qualquer pedido, e a seguir, o Governo, de forma automática, entrega nas mãos dos operadores dinheiro do erário público. Este regime irrazoável tem de ser alterado no novo contrato. Se, devido à impossibilidade de elaborar um novo contrato, o Governo se limita a uma renovação provisória nos mesmos termos contratuais, quem ganha, seguramente, são os operadores de autocarros, e quem perde são o Governo e os cidadãos. No ano passado, alegou-se que, por não haver tempo suficiente, era necessária uma renovação provisória de 15 meses. Então, as gentes de Macau só puderam engolir isso. Os 15 meses da renovação provisória terminam em finais de Outubro, e o Governo vai renovar, nova e provisoriamente, os contratos por mais 14 meses, alegando a mesma justificação, o que é difícil de aceitar. Afinal o que é que o Governo anda a fazer? Então, o Chefe do Executivo, os Secretários e os Directores, que auferem salários elevados para fazer o seu

trabalho, há anos que não conseguem elaborar um contrato de serviços de utilidade pública? Afinal, o que é que andam a fazer?

O pior é que, a população, que é utente dos serviços de autocarros, nunca foi informada sobre a negociações dos contratos, que têm acontecido à porta fechada nos últimos anos. O que é que o Governo está a negociar com as duas empresas de autocarros? Como é que vai garantir, através dos novos contratos, serviços adequados e de qualidade para a população? Esta nada sabe e nem consegue saber como é que o Governo assegura a boa aplicação do erário público, tendo em conta a atribuição anual de um subsídio de mil milhões. Por exemplo, o regime estúpido de aumento automático das tarifas vai ser eliminado nos novos contratos? Ao longo destes anos, o Governo tem-se recusado a dar a conhecer ao público a sua posição na concessão destes serviços, alega estar em negociações com as duas empresas sobre o conteúdo dos contratos, mas acabou por renová-los por 14 meses, a pretexto da falta de consenso, o que significa que, nos próximos 14 meses, as tarifas vão poder continuar a aumentar automaticamente ao abrigo dos contratos. Afinal, por que razão não se consegue chegar a consenso? O que é que o Governo vai fazer, nos próximos 14 meses, para resolver o problema? O Governo deve informar o público, de imediato, sobre as negociações com as duas empresas. Já há acordo em relação a algumas coisas? Ainda não se chegou a consenso em relação a quê? Os serviços de autocarros são de utilidade pública e o Governo despende, anualmente, mil milhões do erário público com esses serviços, que devem ser suficientemente transparentes.

Por último, é de referir o jogo, que é o sector que mais afecta a economia de Macau, em relação ao qual as autoridades pretendem abrir concurso público para decidir sobre os novos operadores, uma vez que isso favorece a entrada de novos concorrentes, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável do sector e a maximização dos benefícios da sociedade de Macau. As referidas negociações, sujeitas a várias rondas, prolongaram-se durante mais de dois anos. Se o Governo não consegue chegar a um acordo com as duas empresas, porque é que não avança com um novo concurso público? Escolher outras empresas de qualidade é sempre melhor do que ficar no actual impasse, e corresponde melhor ao interesse público de Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 30.10.2019

Até finais de Setembro deste ano, mais de 196 empregadores aderiram ao regime de previdência central não obrigatório em vigor há cerca de dois anos, e cerca de 50 mil pessoas inscreveram-se no respectivo plano individual. As seis grandes operadoras do jogo também aderiram a esse regime, para além de algumas concessionárias de serviços públicos, instituições de acção social e bancos. Pode-se ver assim que, com a promoção das autoridades, esse regime conheceu algum resultado. Mas a sua criação era para promover um regime obrigatório, pois diz-se na lei que este seria revisto após três anos de aplicação, para então se ponderar se passaria a modelo obrigatório. Depois de cerca de dois anos de aplicação, não é ainda ideal o número de aderentes. O presidente do Fundo de Segurança Social, long Kuong lo, revelou, em Julho passado, que havia apenas 8 mil, sem contar com a potencial adesão dos 10 mil trabalhadores das operadoras do jogo. O número de aderentes corresponde apenas a pouco menos de 10 por cento dos 280 mil trabalhadores locais, o que nos levanta a preocupação de o regime obrigatório ser mesmo aplicado no futuro.

Assim, nós, os quatro deputados do sector laboral, visitámos recentemente o Fundo de Segurança Social, para conversar e trocar opiniões com os responsáveis. As nossas sugestões são as seguintes: 1. Ao promover o regime de previdência central não obrigatório, o Governo deve otimizar o retorno do investimento e as opções dos produtos; para além das concessionárias do jogo, o Governo deve ainda incentivar as empresas de utilidade pública, as empresas com capitais públicos e as restantes concessionárias de serviços públicos a aderirem ao regime de previdência central não obrigatório. Recentemente, o Governo renovou os contratos, por curto prazo, com a TRANSMAC e a TCM, e, como tal, deve exigir às duas empresas que, no futuro, aquando da celebração dos novos contratos, adiram ao regime de previdência, para desempenharem um papel pioneiro. 2. Aumentar a percentagem, agora de 1 por cento, das receitas correntes anuais atribuídas ao FSS; e, no futuro, aquando da celebração dos contratos de jogo, aumentar as respectivas dotações afectas ao FSS. 3. O Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados, cuja execução é da responsabilidade do FSS, é um regime de apoio e formação destinado aos desempregados locais. De acordo com o respectivo relatório anual, o número de requerentes e os montantes requeridos têm vindo a diminuir nos últimos anos, pelo que se propõe a optimização desse regime, para apoiar o desenvolvimento de programas de formação remunerados, e reforçar as acções de formação em serviço e de reconversão profissional. Espera-se que, através das medidas referidas, sejam reforçados os diversos trabalhos do FSS.

As autoridades devem encontrar formas para atrair mais empregadores e trabalhadores a participarem no referido plano, nomeadamente, reforçar a divulgação junto das PME e dos empregadores que no passado não aderiram ao regime de pensões privadas, lançar medidas de incentivo, e reforçar a promoção

da adesão junto dos empregadores e trabalhadores que não aderiram ainda ao regime não obrigatório. Depender apenas do FSS para a sua promoção é insuficiente, pois há que contar com o pleno apoio e colaboração do Governo; ter um plano global de promoção; e convergir os esforços do Chefe do Executivo, dos Secretários e dos dirigentes para a concretizar com eficácia. O quarto mandato do Governo está prestes a terminar, por isso, espero que o Chefe do Executivo e o Governo do quinto mandato possam, na continuidade dos trabalhos do passado, introduzir novas ideias e políticas, promover melhor o regime de previdência central não obrigatório e concretizar plenamente o regime de segurança social de dois níveis.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 30.10.2019

Prevenir contra riscos financeiros

Actualmente, o mundo encontra-se num período de mudanças sem precedentes nos últimos 100 anos. Com a instabilidade e a complexidade da conjuntura internacional, bem como a crescente incerteza do ambiente económico externo, em 15 de Outubro, o FMI voltou a rever em baixa a previsão do crescimento económico mundial para 2019, para 3%, taxa mais baixa desde o tsunami financeiro de 2008. Juntando-se a continuação da situação de Hong Kong, a economia de Macau está a apresentar turbulências evidentes devido a factores externos, com tendência de declínio dos índices sobre o ambiente económico.

Porém, após o retorno de Macau, a economia cresceu vigorosamente, a reserva financeira não parou de aumentar, e a economia tem cada vez mais resiliência. Assim, estas características e as experiências acumuladas conseguem garantir a estabilidade e o bom desenvolvimento da economia e da política. Temos capacidade e confiança para enfrentar os desafios, mas não devemos negligenciar a prevenção. Há que proceder às devidas preparações, e aprofundar a diversificação adequada da economia, por forma a prevenir os riscos financeiros.

Proponho o seguinte: 1. Há que dar atenção às mudanças da conjuntura económica internacional e local, para evitar que as grandes flutuações económicas afectem a vida da população, e para se disponibilizar um plano de risco económico. 2. A médio e curto prazo, há que tomar como referência as experiências e práticas internacionais. Pode considerar-se utilizar certa parte da reserva financeira da RAEM para tomar parte, em conjugação com a cooperação com os fundos de investimento e desenvolvimento internacionalmente famosos e as grandes empresas multinacionais, nos diversos projectos de investimento de grande envergadura inerentes ao centro de turismo e de lazer a nível mundial. Isto contribuirá para se conseguir investimentos diversificados da reserva financeira, retornos de médio e longo prazo, e para aumentar a confiança de investidores internacionais na futura situação económica de Macau. As experiências de sucesso nos negócios dessas empresas multinacionais contribuirão para impulsionar a construção efectiva do centro de turismo e de lazer a nível mundial, e favorecem a diversificação adequada do desenvolvimento económico e industrial de Macau, libertando os elementos impulsionadores do crescimento económico e reforçando a capacidade de resistência permanente aos riscos económicos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 30.10.2019

A partir da data em que se define o “centro mundial de turismo e lazer” como uma das perspectivas do nosso desenvolvimento, o Governo tem envidado esforços no melhoramento das infra-estruturas, na construção do turismo inteligente, na diversificação dos produtos turísticos, entre outros, por forma a aumentar a nossa competitividade e capacidade de acolhimento na área do turismo. Estabelecendo uma comparação com a capacidade ideal de acolhimento turístico diário sugerida pelo Instituto de Formação Turística (IFT), os 92 325 visitantes de 2014 passaram para 110 mil em 2017, o que representa um aperfeiçoamento nesse aspecto. Nos últimos anos, com o desenvolvimento amadurecido e estável dos telemóveis inteligentes e dos meios de pagamento electrónico, reduziu-se bastante o tempo necessário para os trabalhos de planeamento e marcação de uma viagem, o que muito contribuiu para o fomento das viagens instantâneas ou improvisadas. Assim, facultar aos visitantes, em tempo real, megadados relacionados com os pontos turísticos, tais como os 3 programas electrónicos lançados, neste ano, pelos Serviços de Turismo, “Plataforma de troca de dados do turismo”, “Aplicação de observação dos visitantes” e “Aplicação inteligente do fluxo de visitantes”, contribuem para o enriquecimento da experiência dos turistas que cá nos vêm visitar.

Para além de gostarem de uma experiência turística não sujeita a limitações, muitos turistas estão dispostos a preparar as suas viagens com imersão local, pois não gostam de fazer turismo à pressa e procuram uma experiência turística característica, num contacto mais próximo com a história e a cultura. Recentemente, através de uma votação (num total de 6 residentes para 4 não residentes) foram obtidos 33 672 votos, para a escolha de oito novas paisagens de Macau, a saber: Colina da Penha, Dois Lagos e Uma Torre, Largo do Senado, Long Chao Kok, Vila de Pescadores de Coloane, Travessa da Paixão, Rua da Felicidade e Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. A escolha destes locais teve como critério a cultura, a história e a natureza, onde se demonstra um cruzamento entre o antigo e o novo, e a interligação entre o Oriente e o Ocidente, reflectindo profundamente a singularidade cultural de Macau e as rápidas transformações da cidade após o retorno de Macau à Pátria, demonstrando que o crescimento de Macau provém destas duas vertentes. Com estas novas paisagens, irão promover-se concursos fotográficos, produtos filatélicos e “design” de produtos da indústria criativa, esperando com isso demonstrar a criatividade e as ideias dos talentos locais no meio artístico, em imagens, na pintura, na produção e na gastronomia. Acredita-se que estas oito novas paisagens irão proporcionar aos turistas uma nova experiência de turismo cultural.

Face ao crescente aumento de produtos turísticos e de infra-estruturas de turismo, sugiro que o Governo promova, durante as estações baixas, programas turísticos para resolver a questão da concentração de visitantes em determinados pontos turísticos e atrair visitantes que queiram conhecer a fundo a história e a

cultura de Macau. Sugiro ainda que seja utilizada a tecnologia de AR/VR para construir o museu digital de Macau, de forma a apresentar informações mais profundas aos potenciais visitantes e mostrar ao mundo o vigor pujante de Macau. Por outro lado, pode ainda servir a eletrônica da situação dos recursos e desenvolvimento turísticos, e dos registos científicos, como suporte para a aprendizagem da história e a preservação do património cultural. Por último, sugiro que o Governo reforce as plataformas de convergência do turismo e as suas subunidades, conceba e proporcione serviços *one stop* integrados, abrangendo transporte intercalar, reserva de bilhetes, marcação prévia, guia turístico e informações interactivas; e eleve o nível qualitativo e quantitativo na permuta de informações entre as PME e as plataformas, para que os visitantes sintam as conveniências do turismo inteligente, e as PME retirem benefícios decorrentes do desenvolvimento turístico.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 30.10.2019

A falta de lugares de estacionamento e a dificuldade de arranjar um lugar para estacionar são grandes problemas para o trânsito em Macau. O Governo sublinhou que está, constantemente, a criar mais lugares de estacionamento, mas, como a distribuição dos lugares não é racional, é difícil conseguir satisfazer as necessidades de cada zona. Por exemplo, a Areia Preta e o Fai Chi Kei são zonas que sofrem, desde sempre, de uma grande falta de lugares de estacionamento e, devido a esse desequilíbrio entre a oferta e a procura de lugares, tal falta é cada vez pior. Mais, a política do Governo dos últimos anos é a de devolver as vias públicas, reduzir constantemente os lugares de estacionamento e alargar os passeios, por forma a otimizar o ambiente para as deslocações dos peões, o que é correcto, mas a falta de lugares de estacionamento suscita o descontentamento da sociedade. Além disso, a falta de lugares de estacionamento para motociclos é também muito grave, pois há em Macau cerca de 120 mil, mas apenas 60 a 70 mil lugares de estacionamento para motociclos, portanto, o Governo deve prestar atenção e equilibrar os direitos e interesses de todos os utilizadores das vias públicas.

Macau é uma das cidades com maior densidade de veículos motorizados do mundo. No passado, o Governo afirmou que ia resolver o problema da falta de lugares de estacionamento, e nunca parou de procurar novos locais para construir mais auto-silos públicos, mas Macau é uma cidade pequena, portanto, não é fácil disponibilizar espaços para a sua construção, por isso sugeri várias vezes aos serviços competentes que estudassem a construção de auto-silos automáticos, porque se trata de um tipo de auto-silos que consegue resolver, eficazmente, o problema em causa. Actualmente, muitos países e cidades adoptaram este tipo de solução, e a tecnologia já está muito amadurecida e conseguiu resolver com sucesso a questão do estacionamento, o que merece a nossa referência. Acredita-se que o auto-silo automático, que ocupa pouco espaço, é uma solução viável para resolver as dificuldades de estacionamento em Macau. No passado, o Governo respondeu que ia aguardar o resultado do auto-silo automático, que se encontra em construção junto da Assembleia Legislativa, para tomar uma decisão. Mais, no passado, o Governo também chegou a propor a construção de um auto-silo automático numa determinada zona, mas, devido à oposição dos moradores, o projecto foi levado novamente para ser estudado.

Mas a falta de lugares de estacionamento está a agravar-se. Face às necessidades dos bairros antigos e das zonas comerciais, são muitas as vozes na sociedade que apoiam o Governo no estudo da construção de auto-silos automáticos, especialmente com o avanço dos trabalhos da renovação urbana. Muitos residentes querem aproveitar essa oportunidade para aumentar o número de lugares de estacionamento nos bairros antigos e encontrar locais adequados para a construção de auto-silos automáticos. O Governo deve ouvir os residentes,

(Tradução)

explicar-lhes a intenção e as vantagens da construção deste tipo de auto-silo, a fim de obter o consenso da sociedade, e, ao mesmo tempo, avançar com mais estudos sobre esse tipo de auto-silo, tomar ainda como referência as práticas bem-sucedidas noutros países e regiões, conjugando com a situação real de Macau, e em articulação com a renovação urbana e o planeamento urbanístico, para iniciar um estudo sobre a viabilidade da construção de auto-silos automáticos, a fim de atenuar a procura de lugares de estacionamento nas diversas zonas de Macau.